

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.579 - MS (2019/0215857-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **FATIMA MARIA CARDOZO**
ADVOGADO : **JADER EVARISTO TONELLI PEIXER - MS008586**
AGRAVADO : **ITAU UNIBANCO S.A**
ADVOGADOS : **DALTON ADORNO TORNAVOI - MS008356A**
LUZIA ANGELICA DE ARRUDA GONÇALVES E OUTRO(S) - MS015526A

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por FATIMA MARIA CARDOZO contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo em recurso especial pela ausência de impugnação dos fundamentos da decisão agravada.

Nas presentes razões, a agravante aduz que rebateu de forma clara e específica os fundamentos da decisão recorrida.

Afirma, ainda, que não há falar em deficiência de fundamentação do recurso especial, devendo ser afastada a aplicação da Súmula nº 284/STF.

É o relatório.

DECIDO.

Considerando as alegações postas no agravo interno, reconsidera-se a decisão de fls. 725/726 (e-STJ) e passa-se a julgar o agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – REQUERIMENTO DE LEVANTAMENTO DE VALORES CONSIGNADOS NA REVISIONAL. DECISÃO FAVORÁVEL A PARTE, CONSIDERADOS OS VALORES CONSIGNADOS COMO PAGOS. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAR A SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. VERBA QUE PERTENCE AO BANCO CREDOR. AGRAVANTE QUE LEVANTOU VERBA INDEVIDA (SALDO DEVEDOR) DEVIDO A DECISÃO JUDICIAL EQUIVOCADA. PEDIDO INDEFERIDO NA EXECUÇÃO E NA IMPUGNAÇÃO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

Decisão proferida nos autos de impugnação e na decisão recorrida dos autos de cumprimento de sentença, o indeferimento do pedido da agravante para o levantamento da quantia, pois determinado na sentença dos autos principais e já precluso seu direito de recorrer de tal motivo, visto que não há notícia de recurso interposto neste sentido, o que além da coisa julgada leva ao reconhecimento de preclusão acerca da matéria,

objeto deste recurso" (fl. 665, e-STJ).

No recurso especial, foi alegada, além de divergência jurisprudencial, a violação dos artigos 884 e 885 do Código Civil, sob a tese de que é pertinente o levantamento dos valores consignados pela recorrente porque o contrato foi quitado, sob pena de enriquecimento sem causa do Banco.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 694/702, e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No que tange aos arts. 884 e 885 do CC, a matéria não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar omissão porventura existente. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF.

1. Rever questão decidida com base no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, do dispositivo apontado como violado no recurso especial, incide, por analogia, o disposto na Súmula nº 282 do Supremo Tribunal Federal.

3. As questões de ordem pública, embora passíveis de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias, não prescindem, no estreito âmbito do recurso especial, do requisito do prequestionamento.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AgRg no AREsp 663.415/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/12/2016, DJe 14/12/2016 - grifou-se).

Além disso, o recorrente não impugnou fundamento suficiente do acórdão recorrido acerca do reconhecimento da preclusão e da coisa julgada em relação ao pedido de levantamento de valores, o que configura a deficiência na fundamentação a atrair a incidência da Súmula nº 283/STF.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESCISÃO CONTRATUAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. (...)

2. A teor da Súmula nº 283/STF, aplicada por analogia, não se admite recurso especial quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

3. (...)

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 913.875/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 25/10/2016).

Por fim, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973 e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional quando não demonstrada, como no caso vertente, a divergência jurisprudencial, haja vista a recorrente ter apenas colacionado algumas ementas, sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos confrontados e a divergência de interpretações.

Ante o exposto, reconsiderando a decisão de fls. 725/726 (e-STJ), conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator